

Quase não havia prática; as disciplinas teóricas, para as quais sempre há professores — são carreiras que têm na Universidade o principal empregador — tendiam a sufocar e até a negar a preparação profissional.

Daí provém a divisão do currículo, meio a meio, em disciplinas teóricas — de comunicação, o que quer que isso seja — e as específicas da habilitação. E também a exigência, detalhista, minuciosa, de instalações laboratoriais. Não posso falar pelo Professor Salomão Amorim, que redigiu a “Introdução” ao currículo mínimo, mas acredito que ele saiba — como eu — que a praxis não é uma prática somada à teoria, mas uma prática sobre a qual se aplica a reflexão, dando lugar à teoria. Só que, naquele estágio — e, lamentavelmente, ainda hoje —, era um sonho pensar nisso. Tínhamos a esperança, que esse texto de Meditsch confirma — de que a atividade laboratorial, com seus instrutores pensando e argumentando com os teóricos (estudando, enfim) gerasse um pensamento renovador e, daí, tivéssemos teoria consistente.

Eduardo Meditsch, que é bom cozinheiro, sabe que é preciso quebrar os ovos para fazer omelete, uma coisa antes da outra. Ajudei a quebrar os ovos; ao leitor, de minha parte satisfeito, sugiro que saboreie essa boa porção de omelete que meu vizinho de território acadêmico preparou em forno de lenha.

MEDITISCH, E. O modo de conhecimento que se desconhece; Jornalismo como forma de conhecimento; O jornalismo não é uma ciência; A perda do objeto de estudo de comunicação; Em busca do objeto perdido; O condicionamento dos teóricos e dos práticos; A negação do conhecimento. In: MEDITISCH, E. O conhecimento do jornalismo. Florianópolis: UFSC, 1992, p. 19-34, 53-82

INTRODUÇÃO

O Modo de Conhecimento que se Desconhece

O Jornalismo brasileiro, seguindo a tendência do Primeiro Mundo, tem evoluído vertiginosamente em termos de forma. Tanto a televisão quanto o rádio e os veículos impressos incorporam rapidamente novas tecnologias, tornando a apresentação do material jornalístico cada vez mais atraente para o público. A opinião pública, no entanto, não tem acompanhado o entusiasmo dos profissionais com essas inovações, e as novas tecnologias têm sido insuficientes para estancar o crescente abandono, por parte da população, do hábito de consumir notícias. As tiragens diminuem, as audiências não crescem.

Enquanto a forma do Jornalismo evolui, seu conteúdo muitas vezes fica em segundo plano na atenção dos jornalistas e, com isso, estaciona e até involui. Há certo amortecimento na capacidade de o Jornalismo interpretar o mundo, e isso não passa despercebido do público.

Não é difícil encontrar culpados por esse fracasso. Os interesses políticos e comerciais da mídia, impedindo muitas vezes o trabalho honesto e competente de seus profissionais, seguramente são os primeiros. Mas os próprios jornalistas, nas vezes em que têm alguma chance, não demonstram estar preparados para o desafio de reverter esse processo. A responsabilidade aqui não cabe apenas a eles, mas também às escolas encarregadas de sua formação.

Nas escolas, encontramos dois tipos de profissionais empenhados nessa formação. Os “práticos” repetem aos alunos o que aprenderam nas redações. Normalmente, enxergam o Jornalismo como técnica, e sua análise fica presa à forma, sem conseguir penetrar no conteúdo. É como avaliar a resistência de uma parede observando a aparência do reboco e o estado da pintura.

De outro lado, temos os "teóricos", que repetem aos alunos conceitos que aprenderam de diversas disciplinas científicas. Estes analisam a mesma parede espiando do outro lado da rua. A casa em que os teóricos moram lhes parece mais bem construída e acolhedora, e por isso não conseguem ocultar o desprezo pelo esforço dos jornalistas práticos em manter de pé a sua. Em vez de atravessar a rua, enfrentando as intempéries, convidam os práticos a compartilharem do conforto da morada que se recusam a deixar.

Durante muitos anos o professor Nilson Lage foi uma voz isolada no Brasil a denunciar a perda do objeto de estudo da Comunicação Social. Foi também um solitário investigador dedicado a extrair da prática jornalística uma nova teoria, já que a grande massa dos pesquisadores da comunicação do país havia desprezado esse objeto.

Para Nilson Lage, a atividade jornalística se baseia num tripé formado pelas linguagens, as tecnologias e as ciências sociais.

Seguindo a senda aberta por ele, o professor Adelmo Genro Filho avançou na área epistemológica, e definiu o Jornalismo como forma de conhecimento diferente daquela produzida pela Ciência. O tripé original ficou um pouco modificado por esta contribuição: na nova perspectiva, o Jornalismo se sustenta num tripé formado pelas linguagens, as tecnologias e os diferentes modos de conhecimento.

A mudança, embora sutil, abriu um novo e imenso campo a ser explorado, e foi o que me dediquei a fazer neste trabalho. Se o Jornalismo é atividade de conhecimento, é mais do que mera técnica, como tem sido pensado nas escolas e nos manuais que pretendem ensinar a profissão.

Se o Jornalismo é produção de conhecimento diferente daquele produzido pela Ciência, tem importância social muito maior do que se tem atribuído a ele. No conhecimento do mundo produzido pelo Jornalismo, talvez possamos encontrar pistas que nos ajudem a entender a crescente irracionalidade da civilização racional e científica. E, dando atenção a esta irracionalidade, quem sabe poderemos nos reaproximar dos sentimentos do público e, com isso, reencontrar o seu interesse.

Se o Jornalismo é produção de conhecimento, temos que revisar radicalmente a pedagogia de nossas escolas, que até agora o via só como forma de comunicação. Não basta formar comunicadores, é necessário formar produtores de conhecimento.

Mas, sendo a própria pedagogia uma Teoria do Conhecimento posta em prática, como ensina Paulo Freire, "conhecer o Jornalismo" e "o Jornalismo que conhece" passam a ter algo em comum. E abrem caminho para que se encontre o elo entre teoria e prática, que foi perdido no ensino da comunicação em consequência da perda do seu objeto de estudo.

Como chefe do Departamento de Comunicação da Universidade Federal de Santa Catarina, em 1988, tive a oportunidade de participar da primeira experiência brasileira de um Curso de Jornalismo que rompia com a comunicologia, para perseguir uma teoria e uma pedagogia adequadas à prática profissional.

Esta experiência foi reconhecida pela Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, que em 1990 criou em conjunto com a UFSC o Programa Permanente de Pesquisa para a Democratização e o Aperfeiçoamento do Jornalismo (PPPJ). Este livro, que escrevi para o Programa, pretende contar o que conseguimos aprender até aqui.

Jornalismo como Forma de Conhecimento (A Contribuição de Adelmo Genro Filho)

Adelmo Genro Filho, professor da Universidade Federal de Santa Catarina, morreu aos 37 anos, em 1988, no auge de sua capacidade produtiva. Alguns meses antes havia publicado o livro *O Segredo da Pirâmide: para Uma Teoria Marxista do Jornalismo*, propondo uma ruptura radical com a teoria estudada até então nas escolas brasileiras de comunicação a respeito de Jornalismo.

Neste livro, Adelmo demonstra como essa teoria têm sido insatisfatória para explicar e embasar a atividade jornalística, e propõe nova abordagem, do Jornalismo como forma de conhecimento da realidade.

Conceber o Jornalismo como forma de conhecimento diferente daquela produzida pela Ciência foi um verdadeiro ovo de Colombo, com a simplicidade de todas as grandes idéias. Adelmo vislumbrou uma clareira epistemológica, seguindo a trilha que vinha sendo aberta por Nilson Lage na construção de uma Teoria do Jornalismo. As conseqüências teóricas e práticas da nova perspectiva aberta estão longe de ser esgotadas, e apenas começam a aparecer, na medida em que essa descoberta teórica vai sendo divulgada.

A primeira prova de fogo enfrentada pela concepção de Adelmo foi a atual crise do marxismo, em conseqüência do desmantelamento do socialismo real do leste europeu. Com a perspectiva crítica em que se situava em relação àquele socialismo e à maneira como ele manipulava o Jornalismo, a teoria de Adelmo não apenas sobreviveu, mas foi reforçada.

O resumo que fazemos a seguir das idéias de Adelmo Genro Filho, mais do que trabalho original nosso, é a leitura de um trabalho dele mesmo: a palestra que proferiu no Encontro Nacional de Estudantes de Comunicação realizado em Porto Alegre, em 1986. O momento histórico em que fala, assim como o público a que se dirige, determinam o tom desta fala: Adelmo se dirige aos estudantes de esquerda, no momento em que seus modelos de militância são postos em questão pela democratização do país.

Um texto assim datado pode parecer uma peça de museu, superada com a rápida evolução dos acontecimentos mundiais nos anos seguintes. No entanto, extrapola seu tempo e preserva a atualidade. Ao texto original acrescentamos um mínimo de adaptações e comentários nossos.

O que é teoria?

Adelmo começa por advertir que o enfoque vulgar da teoria — aquele segundo o qual “a teoria na prática é outra” — é uma falácia. Na verdade, na prática é que a teoria pode comprovar a sua efetividade e a sua realidade; isso se for uma teoria correta, uma teoria que corresponda, efetivamente, à essência dos fenômenos. A única maneira de captar a essência das coisas é através de uma apreensão teórica, uma apreensão da universalidade do fenômeno — daquilo que ele tem de essencial e de genérico, que é subjacente ao fato observado.

Como é que se chega a essa teoria? Para Adelmo, chegar à teoria, ou chegar ao conhecimento científico, é um percurso muito árduo. Árduo no trabalho de pesquisar pelo menos uma parte de todo o conhecimento acumulado, e no esforço de reflexão e criatividade para apanhar essas realidades que não aparecem à primeira vista, e na verdade nem mesmo aparecem aos olhos.

As coisas que aparecem aos olhos não são coisas essenciais, do ponto-de-vista teórico. “O essencial é invisível para os olhos”. Adelmo toma essa frase de Saint-Exupéry e a interpreta no sentido epistemológico, para lhe dar razão: o essencial não aparece aos olhos.

Por exemplo, o que é essencial no modo de produção capitalista? O modo de produção capitalista é um sistema baseado na produção de mercadorias. Mercadoria é uma coisa que, fora da relação

conceitual, não aparece. Mercadoria é uma relação social complexa. Então, se formos olhar o capitalismo da janela do nosso edifício, tudo o que estaremos vendo sobre o capitalismo não será essencial. Serão fenômenos, coisas que aparecem. Só podemos captar a essência desse modo de produção se o abordarmos teoricamente e captarmos aquilo que não aparece, ou seja, como ele funciona internamente. Então, é esse o trajeto, essa a finalidade da teoria.

Os falsos caminhos na teoria

Para Adelmo, o Jornalismo se encontra num impasse teórico. Ele fala do Jornalismo em sentido mais restrito, destacando-o da comunicação em geral. As concepções teóricas sobre Jornalismo das diversas escolas de pensamento podem ser sintetizadas em três abordagens, para efeito dessa discussão.

Uma forma de abordar o jornalismo é considerá-lo sob o ponto-de-vista de generalidade abstrata. Ao se dizer, por exemplo, “Jornalismo é uma forma de comunicação”, isso é verdade. Isso é universal. Mas será que é teórico, no sentido de apanhar o concreto? Não é — diz Adelmo — porque só capta a generalidade, mas não capta aquilo que é específico do Jornalismo. É uma obviedade elementar, e algumas abordagens partem dessa definição: “Jornalismo é uma forma de comunicação”.

Outra maneira de abordar é a da tradição mais especificamente funcionalista. E encontramos, aí, alguns conceitos como “jornalismo é uma forma de comunicação que serve para integrar e adaptar o homem ao seu papel social”. Avançamos um pouco da generalidade, ao dizermos que jornalismo não é uma forma de comunicação qualquer, mas uma forma de comunicação que serve para integrar o homem, para que ele funcione dentro do sistema ao qual pertence.

Avançamos um pouco, mas ainda não chegamos ao concreto. A pergunta que fica no ar é a seguinte: será que o Jornalismo é só isso? Será que o Jornalismo é, exclusivamente, uma forma de integração do indivíduo no papel que a sociedade lhe atribui? Ou o Jornalismo tem uma potencialidade a mais, que transcende esse limite de mera integração funcional do indivíduo na sociedade? O Jornalismo é muito mais do que isso, na concepção de Adelmo Genro Filho.

A terceira forma teórica é uma abordagem crítica do Jornalismo, mas uma crítica meramente ideológica, que diz resumidamente assim: "Jornalismo é uma forma de comunicação que serve para reforçar a hegemonia ideológica da burguesia e reproduzir a dominação de classe". É também uma verdade. O Jornalismo, exatamente fazendo a integração dos indivíduos, no papel social que a sociedade lhes oferece, é um instrumento de reforço da ordem vigente.

Mas, também aí, fica uma pergunta: será Jornalismo exclusivamente uma forma de dominação? Se fosse, tiraríamos a seguinte conclusão: o dia em que conseguirmos acabar com essa dominação, sendo o Jornalismo uma forma de dominação, acabará o Jornalismo. E a conclusão evidencia o quanto essa abordagem reduz o Jornalismo a apenas uma das funções que ele tem na sociedade.

A partir dessa análise preliminar, Adelmo conclui que os caminhos tradicionais — de se partir de conceitos de Jornalismo para, a partir desses conceitos, elevar um edifício conceitual — eram caminhos falsos. Porque, partindo de um conceito de Jornalismo, de certa forma está se partindo de onde se deveria chegar. Portanto, já se tinha a conclusão posta no início.

Uma nova abordagem — no caso uma abordagem nova do Jornalismo — não poderia partir exceto de um conceito provisório, que teria que ser comprovado e ampliado ao longo do desenvolvimento da reflexão e da discussão.

Forma de conhecimento

Adelmo parte, então, de um conceito provisório de Jornalismo, para depois tentar enriquecê-lo. Esse conceito representa uma visão crítica sobre as formas anteriores de abordar o Jornalismo: antes de mais nada, o Jornalismo é uma forma social de conhecimento. Ele reconhece que está partindo de uma generalidade abstrata, e a toma, provisoriamente, porque existem outras formas sociais de comunicação que implicam em conhecimento.

Há a Arte, ou a Ciência, que também são formas sociais de produção e apropriação de conhecimento. Adelmo reconhece a debilidade inicial desse conceito, porque quer concretizá-lo ao longo da exposição: parte da idéia de que o Jornalismo é uma forma social de

conhecimento, lembrando que isso é genérico, que abrange também a Arte e a Ciência. A partir daí começa a diferenciar o Jornalismo, ou seja, a buscar a sua especificidade como forma social de conhecimento.

Para fazer isso, Adelmo propõe uma discussão filosófica: adverte que é necessário subir aos ramos mais abstratos do saber, que são os da Filosofia, para podermos chegar, então, ao concreto. Adelmo busca três categorias para usar na construção desse conceito de Jornalismo, categorias essas de larga tradição na filosofia, especialmente em Hegel: as categorias do *singular*, do *particular* e do *universal*.

Essas categorias representam dimensões reais e objetivas do mundo. São conceitos que representam formas objetivas de existência de todas as coisas no mundo.

Para demonstrar isso, Adelmo pega o exemplo de uma pessoa, o João. E pergunta: João é um sujeito singular? Singular é aquilo que não se repete, aquilo que é idêntico só a si mesmo. E diz que sim, o João é um sujeito singular. Por que? Porque o João tem características, como todos nós, que são só dele. Mas Adelmo demonstra em seguida que João é também um sujeito particular e universal.

Se João pertence ao grupo de pessoas que usam óculos, então João já tem uma característica que, objetivamente, pertence a um grupo de pessoas. Não a todos, mas também não exclusivamente a si mesmo. João faz parte de uma família, de um grupo de parentesco, de nacionalidade, falando-se sempre de grupos limitados. Todas as coisas possuem traços de identidade com grupos limitados, portanto, todas as coisas, indivíduos, pessoas, pertencem à categoria da particularidade também. Assim, fica demonstrado que João é singular mas, ao mesmo tempo, é particular.

Resta demonstrar que João, objetivamente, é também universal. Seria errado afirmar que João é um ser humano? Absolutamente. É outra característica essencial de João o fato de ser humano, o fato de pertencer à categoria universal dos seres humanos.

Então, todas as coisas no mundo existem em pelo menos três dimensões: o *singular*, o *particular* e o *universal*. Isso é um pressuposto essencial para a discussão que Adelmo propõe sobre Jornalismo.

A relação singular-particular-universal

Essas categorias identificadas na existência de João ocorrem sempre numa determinada relação entre si. Ou seja, o particular é sempre particular em relação a um singular e em relação a um universal. Ele não é um particular por si mesmo. A relação é sempre relativa, trata-se de uma relação dialética.

É possível fazer o seguinte raciocínio: a singularidade de João é o fato de ser estudante de comunicação, a particularidade dele é o fato de ser universitário e a universalidade é o fato de ser uma forma de vida inteligente. Assim estabelecemos uma nova relação entre o singular, o particular e o universal. Ou podemos dizer ainda que a singularidade é o fato de João ser brasileiro, a particularidade é o fato de ser latino-americano, e a universalidade é o fato de ser humano. E assim por diante.

Quer dizer, podem-se estabelecer relações variadas, mas sempre o meu particular tem a ver com o universal e o singular, e o meu singular tem a ver com o universal e o particular. É uma relação *amarrada*. Não existe um singular fixo, até porque se pode considerar que João é o universal, os órgãos que compõem o seu corpo são o particular e as células são o singular. O importante é existir uma relação mútua.

E Adelmo chama a atenção para mais um aspecto dessa relação: sempre, em cada uma das dimensões, estão presentes as demais. O que significa o seguinte: no conceito de universalidade, ou seja, por exemplo, no conceito de Ser Humano, estamos de alguma forma presentes todos nós, que somos seres humanos individuais e singulares. Quer dizer, se dissermos Ser Humano, de alguma forma estamos incluídos. Então, de alguma forma, no universal estão contidos os casos singulares e particulares. Agora, se dizemos João, de alguma forma nesse singular está contido o gênero humano. João faz parte e, portanto, dentro dele está contido o gênero humano.

Essa é a terceira característica dessas categorias, também fundamental para a discussão sobre o conceito de Jornalismo. Em cada uma dessas dimensões as demais estão presentes de forma subjacente, de forma superada, ou seja, estão presentes como se estivessem adormecidas, como se fossem dissolvidas. Elas não só se relacionam entre si,

dialeticamente, permanentemente, mas também formam um sistema, já que em cada uma delas as demais estão presentes.

Não existe singularidade pura, em que não estejam presentes a particularidade e a universalidade. E não existe universalidade pura, sem que dentro da universalidade estejam dissolvidos os demais conceitos.

Sistema universal e conhecimento singular

A partir desses pressupostos, Adelmo propõe um passo adiante; diz então que o Jornalismo é uma forma social de conhecimento, mas não de um conhecimento qualquer e sim de um conhecimento cristalizado no singular.

O conhecimento pode se cristalizar, ou pode se apresentar sob a forma do mais universal. Se alguém se refere a uma lei da química ou da física, trata de um conhecimento real sobre o mundo que está formulado mais universalmente. Então se apropria, conhece o mundo através da formulação de um conhecimento que se cristaliza no universal.

A Ciência é, por excelência, a forma de conhecimento baseada no mais universal. O que é que interessa à Ciência? Interessa à Ciência se Pedro, Paulo, João, no caso da sociologia, tomam determinadas atitudes? Não interessa isso à sociologia. Só interessa na medida em que esses indivíduos fazem parte de grupos sociais, de tipos de pessoas ou de classes que tomam tais atitudes. Então a generalização, a universalização, é a base da Ciência.

O que Adelmo quer demonstrar é que o Jornalismo é uma forma de conhecer o mundo que não tem base na universalidade. Mas, ao contrário, é uma forma de conhecimento que se cristaliza no oposto da universalidade, que é a singularidade.

O Jornalismo é uma forma de conhecimento que surge, historicamente, com base no desenvolvimento das relações capitalistas e com base na indústria. Adelmo atribui ao desenvolvimento do capitalismo o fato de a sociedade haver se tornado um sistema único universal, um sistema cambiante e dinâmico. O capitalismo é o primeiro sistema na história humana que tornou a humanidade um gênero efetivamente interligado a nível internacional. O gênero humano se tornou um todo interdependente, formando um sistema só.

Esse sistema único gerou a necessidade do Jornalismo. Antes da existência desse sistema, tínhamos um conhecimento genérico e universal do mundo, mas tínhamos um conhecimento baseado no singular sobre a realidade imediata. A realidade da casa, dos vizinhos. Um sujeito na Idade Média, que morasse num povoado ou numa vila, tinha conhecimento de suas relações diretas. Via o mundo mudando na sua imediaticidade, na sua manifestação, digamos assim, superficial, fenomênica. Ele via o mundo mudando à sua volta.

Agora não temos uma relação baseada na singularidade com o mundo ao qual estamos hoje ligados, que é o mundo entendido de forma mais ampla, internacional, universal, o mundo inteiro. Já não temos meios pessoais para nos relacionarmos diretamente com esse mundo. E é precisamente em cima dessa necessidade que surge o Jornalismo, como forma de conhecimento que vai cumprir um papel semelhante ao papel que cumpre a percepção individual da singularidade dos fenômenos. Só que atua como se nós nos relacionássemos com a imediaticidade do mundo, estendido para além da aldeia. É a aldeia global, é a totalidade do universo.

Esta pré-condição histórica é essencial para o surgimento do Jornalismo. Era preciso que se vencessem divisas e fronteiras, que o mundo se tornasse único, interligado e dinâmico, para que surgisse a necessidade de as pessoas se relacionarem com esse mundo de forma semelhante à maneira como elas se relacionam pessoalmente com os acontecimentos do dia-a-dia que lhes é imediato.

Adelmo vê o surgimento histórico do Jornalismo como necessidade. Essa necessidade veio acompanhada também de uma base material e pode-se até dizer que, em parte, ela gerou essa base material. Essa base material é a indústria. Se não houvesse o desenvolvimento da indústria, que é a base da própria universalização da humanidade, do desenvolvimento capitalista, não teria havido a possibilidade do Jornalismo, que inicialmente surgiu como jornal. Hoje o Jornalismo não é mais apenas aquilo que é comunicado através dos jornais. Para Adelmo, o Jornalismo é uma forma de conhecimento baseado no singular, surgido a partir da Revolução Burguesa e que atingiu a maturidade com a industrialização.

Singularidade e objetividade

A força do Jornalismo — diz Adelmo — é precisamente a singularidade. Os professores que têm uma atividade prática no Jornalismo, mesmo que não teorizem sobre o problema, costumam ensinar na escola: “olha, ao invés de dizer que o sujeito era muito alto, diga que ele tinha um metro e noventa”. “Ao invés de dizer que o Presidente da República estava nervoso, diga no seu texto que suas mãos tremiam, digam que ele tinha o senho carregado. Mas não escrevam ‘o presidente estava nervoso’.”

Quer dizer, a singularidade, aquilo que é menos generalizante, é o que tem mais força no Jornalismo.

São as características, os detalhes, porque é preciso montar um quadro que tenha certa semelhança com a minha percepção imediata, a maneira como desvelo coisas que eu vejo ao meu redor. A grandeza e a força do Jornalismo decorrem do fato dele reproduzir coisas distantes pelo ângulo do fenômeno, ou seja, pelo ângulo da singularidade.

Quando os professores ensinam a fazer o *lead*, eles dizem para partir sempre daquilo que é mais peculiar, estranho ou diferente. Se o sujeito matou outro em frente à delegacia, comecem por aí: “Em frente à delegacia...” Se um velho, por exemplo, de noventa anos, mata alguém, o bom jornalista prático começaria assim: “Aos noventa anos de idade, fulano de tal teve forças para...” Quer dizer, o aspecto vivo, o aspecto central do conhecimento que o Jornalismo deve formular é a singularidade do evento.

É evidente que essa forma de conhecimento recebe uma inflexão ideológica segundo a visão dos intermediários, dos veículos ou dos indivíduos que o produzem. O Jornalismo também trafica, ao reconstruir o mundo, uma concepção sobre o mundo.

Todo o conhecimento social, e o Jornalismo é um conhecimento social, envolve determinado ponto-de-vista sobre a história, sobre a sociedade e sobre a humanidade. E como Humanidade e História são processos que estão em construção, naturalmente não existe um Jornalismo puramente objetivo, ou seja, um Jornalismo que seja absolutamente neutro. Isso não acontece por motivos de ordem psicológica, como dizem os manuais. Não é porque o indivíduo está psicologicamente envolvido com o fato, mas porque toda a forma de

conhecimento pressupõe também um posicionamento do sujeito diante do objeto. Essa é a razão mais profunda, porque o próprio Jornalismo implica uma visão ideológica, implica um posicionamento ético e político sobre a realidade.

Com essa análise, Adelmo consegue evitar aquele impasse tão tradicional quando se tenta fazer uma teoria crítica: ao criticar a dominação sobre e através do Jornalismo na sociedade capitalista, acaba-se por cair num extremo que diz o seguinte: ao Jornalismo objetivo — falsamente objetivo — que a burguesia faz devemos opor um Jornalismo opinativo.

Então o oposto do Jornalismo “objetivo” que a burguesia faz seria o Jornalismo opinativo, aquele Jornalismo em que você abre a matéria assim: “Com a crueldade que lhe caracteriza, a burguesia reprimiu ontem os trabalhadores...”. Um Jornalismo cheio de adjetivos, de colocações universais, de posicionamentos éticos, expostos claramente, e onde a singularidade do fato que estamos retratando se perde. O problema desse Jornalismo é que a notícia assim apresentada não nos interessa.

Adelmo defende um Jornalismo crítico que tenha a mesma competência, com a mesma eficácia técnica do Jornalismo conservador. O mesmo Jornalismo aparentemente objetivo, só que com outro ponto-de-vista, com um ponto-de-vista crítico.

Ele acredita que se pode fazer isso devido à inter-relação dialética entre as categorias do singular, do particular e do universal, em que em cada uma delas estão contidas as demais. Portanto, pode-se retratar um acontecimento pela via da singularidade e, ao mesmo tempo, colocar uma visão particular e universal do mundo. Só que elas estarão subjacentes, estarão superadas, ou seja, estarão *grudadas* na singularidade do fenômeno.

A pirâmide está invertida

Para Adelmo, o Jornalismo precisa respeitar a sensibilidade, a inteligência e a curiosidade do leitor. Se o leitor se interessa por opinião, pode ler um ensaio, procurar um artigo sobre o tema. Mas, na medida em que queira tomar um primeiro contato com os fatos, precisa que essa vontade seja respeitada. A expectativa que o leitor tem é de uma compreensão dos fenômenos tal qual eles ocorrem. Uma notícia que

respeite essa expectativa será muito mais eficiente do que uma notícia que comece com adjetivos. E ela pode trazer, subjacente, uma visão particular e uma visão universal que não as da classe dominante.

Enfrentar o Jornalismo conservador com a mesma eficiência dele passa por compreender corretamente o que é o Jornalismo. Ou seja, que o Jornalismo é uma forma de conhecimento cristalizado no singular, e essa cristalização no singular tem leis próprias na sua manifestação.

Adelmo tem a esperança de que se torne possível, entendendo teoricamente o que é o Jornalismo, trabalhar na redação de um jornal conservador e, em muitas ocasiões, passar notícias que contrariem os interesses dominantes, por possuir um outro enfoque. Quanto mais competentes sejam os jornalistas ao redigir essas notícias, mais facilidade elas terão de passar pelo editor, pelo chefe, e assim por diante. Diante de uma matéria baseada em fatos singulares que aconteceram, dentro da lógica e das normas do Jornalismo, mesmo um editor reacionário ficaria sem argumentos para efetuar cortes.

Adelmo acha possível e necessário criar uma nova concepção de prática jornalística a partir dessas premissas. E acredita que se pode, a partir daí, desenvolver uma Teoria do Jornalismo, onde se comece a redefinir coisas como, por exemplo, a pirâmide invertida, ou *lead*.

A pirâmide invertida é a representação gráfica da norma segunda a qual o mais importante da notícia vem primeiro e, numa ordem decrescente de importância, vêm as demais informações. Como regra geral, o mais importante vem no início. Mas isso, na opinião de Adelmo, não nos diz nada sobre a natureza do Jornalismo como forma de conhecimento.

No seu entendimento, a pirâmide está de fato invertida. Porque se nós pensarmos a pirâmide de pé, poderemos ter um raciocínio referente à essência do jornalismo: a notícia jornalística caminha, na sua formulação, do singular para o particular. Se a pirâmide ficasse com o ângulo fechado em cima, esse ponto seria justamente o ponto *lead*, o ponto de máxima singularidade.

Quando se formula o início de uma notícia, procura-se por aqueles aspectos que são próprios do fenômeno, diferentes de todos os outros. Procuramos o novo, as diferenças. À medida em que vamos desenvolvendo a notícia, caminhamos para a localização desse fato em

determinado terreno particular. Vamos situar o fato dentro de determinada conjuntura, expondo as condições em que aconteceu, até chegar à base da pirâmide, uma base dessa formulação a nível do particular.

E o universal onde estará? O universal não vai estar contido ali. O universal são nossos princípios, os pressupostos mais gerais. O universal, graficamente, seria representado nesta pirâmide como continuidade pontilhada das linhas que a definem, porque estará subjacente à apreensão que foi feita.

A rigor, a pirâmide, como representação epistemológica do conhecimento que o Jornalismo encerra, está efetivamente invertida. O conhecimento jornalístico, a notícia, caminha não necessariamente do mais importante para o menos importante, pois há casos em que isso não ocorre. Mas é uma forma de conhecimento que caminha do singular para o particular.

A singularidade, para Adelmo, é a essência da notícia. Então o *lead*, normalmente, estará no começo, embora isso não seja obrigatório, não ocorra em todos os casos. Ainda que o *lead* não esteja no começo, a construção da notícia parte da singularidade, ou seja, do específico, para uma certa generalização capaz de situar o fato no tempo e na História. A técnica que recomenda pôr o *lead* na abertura da notícia apenas reflete essa característica definidora.

O Poder da Morte e a Agonia do Jornalismo

“Os vivos são sempre e serão cada vez mais governados pelos mortos.” Na avenida João Pessoa, em Porto Alegre, os transeuntes são submetidos a esta condenação do filósofo Auguste Comte, gravada em metal sobre o portão de um Templo Positivista. O templo ficou fora de moda, pois o Positivismo prescindiu dele espalhando seus fantasmas por instituições mais influentes. Mas a frase continua lá, para testemunhar a sua origem histórica.

A análise histórica costuma trazer pistas sobre a razão das idéias e, no caso do Positivismo, esta razão fica claramente associada ao surgimento do capitalismo e ao seu triunfo como modo de produção. O estudo da linguagem apresenta novas indicações, demonstrando que o discurso analítico, característico da ciência positiva, tem sua origem no surgimento do comércio, e íntima relação com o desenvolvimento da economia mercantil.

A reflexão sobre a linguagem costuma derrubar certezas, porque é através da linguagem que as certezas se manifestam. Isso não autoriza, no entanto, que a linguagem se torne uma certeza acima das outras, ou que seja vista como o fenômeno social total, conforme pretendem, em exagero, algumas correntes da linguística. O fenômeno social total é a cultura, que envolve tudo o que o homem faz e se faz socialmente.

Dando-se nesse processo de produção do homem pelo homem, e não sendo simplesmente um dado, alheio à dinâmica de sociedade, a linguagem denuncia uma fraude: na cultura não há papel ativo para a morte. Se isso é ocultado, é porque “os vivos são cada vez mais governados pelos mais vivos”, como certa vez constatou, rebatendo Comte, o humorista Aparício Torelly, o conhecido “Barão de Itararé”.

O Jornalismo não é uma Ciência

Aos 21 anos assumi o meu primeiro cargo de chefia no Jornalismo. Passei a editar o noticiário de uma importante emissora de rádio de Porto Alegre. De mero produtor de notícias, passei à posição de *gate-keeping*, aquele que decide sobre o que deve ou não deve ser publicado.

Esta promoção tão precoce a *chefete* tinha uma razão mais profunda do que meus simples méritos individuais. Naquele momento ocorria a substituição do controle das redações no rádio de Porto Alegre, repetindo o que ocorrera um pouco antes nos jornais e na televisão: os velhos profissionais, formados “na luta”, perdiam seus postos para os jovens profissionais vindos da Universidade. Era o triunfo inevitável de uma racionalidade mais refinada na organização das empresas jornalísticas.

O desafio de chefiar profissionais com duas vezes a minha idade e talvez vinte vezes a minha experiência era muito grande. Mas a motivação, três ou quatro idéias novas para arejar a rotina do trabalho e um incansável gosto de argumentar, aprendido no movimento estudantil, foram suficientes para dobrar a resistência dos velhos radialistas.

Estávamos em 1977, e era também o tempo da ditadura militar. A motivação política, que fora determinante na minha opção profissional pelo jornalismo, estava viva como nunca, diante dos primeiros sinais de rachadura do regime e do crescimento da resistência na sociedade civil.

Eu tinha nas mãos um poder concreto, embora limitado, e estava disposto a utilizá-lo da maneira mais ética e eficaz possível, passando à população as informações imprescindíveis à luta pela democracia. Mas nem os “teóricos” da faculdade nem os “práticos” da faculdade me haviam ensinado a fazer isso.

O instrumental que as diversas teorias científicas estudadas na faculdade colocam à disposição para o desvendamento do Jornalismo não havia sido utilizado a partir do ponto-de-vista da prática profissional. Os teóricos, a partir de seu intelectocentrismo, ou se limitavam a negar a prática ou a consideravam indigna de sua consideração. Já os práticos, a partir de seu ferramentismo, não dispunham dos instrumentos necessários à superação de sua ingenuidade.

A saída, então, seria enfrentar essa contradição. Contrapor a minha recente prática real a toda aquela teoria, distinguir entre o verbalismo e o conhecimento útil, entre o palpite e o rigor, e utilizar o que daí resultasse para aperfeiçoar a minha prática. Mas, para realizar estes passos, que aqui reduzi numa frase, levei uma dúzia de anos, perdi aquele cargo, que utilizei mal, passei por uma dúzia de outros e deixei no caminho uma parte dos meus cabelos.

A distinção entre a simplicidade da frase e a complexidade do processo que ela resume, como acabei de fazer, não foi um preciosismo literário. Foi uma maneira de chamar a atenção para um limite metodológico da teoria ensinada na faculdade, que a impede de se transformar numa Ciência do Jornalismo, absorvendo a prática para superá-la.

Diferentes métodos

A ciência positiva não distingue o momento da análise do momento da síntese e, assim, não consegue distinguir entre os métodos dos diferentes acercamentos da realidade que resultam em diferentes critérios de síntese. Por possuir método diferenciado, o Jornalismo jamais seguirá o mesmo critério da ciência e, ao ser medido pela vara alheia, só pode aparentar estranheza: não pode ser compreendido.

Discernindo entre os métodos de análise da Ciência e do Jornalismo é que poderemos nos aproximar de uma compreensão deste nosso "patinho feio" do conhecimento. O primeiro aspecto a considerar é que Ciência e Jornalismo são formas sociais de conhecimento, desenvolvidas e condicionadas historicamente pelo desenvolvimento da sociedade industrial capitalista. A verdade histórica prevalece sobre as verdades que uma ou outra possam produzir.

A partir das finalidades e dos usos que tiveram na história, ciência e jornalismo desenvolveram suas lógicas próprias e suas

metodologias específicas. A Ciência se transformou em *as* ciências e o Jornalismo, embora não tenha deixado de se especializar, não descartou o generalismo. Pelo contrário, encontra neste generalismo uma de suas principais funções sociais: a de manter a comunicabilidade entre o físico, o advogado, o operário e o filósofo.

O objetivo da comunicabilidade estabelece uma distinção fundamental entre o Jornalismo e as ciências, não só a nível de linguagem, mas também da lógica, uma vez que a lógica é inseparável da linguagem. Como diz Nilson Lage, "o universo das notícias é o das aparências do mundo; o noticiário não permite o conhecimento essencial das coisas, objeto do estudo científico, da prática teórica, a não ser por eventuais aplicações a fatos concretos. Por detrás das notícias, corre uma trama infinita de relações dialéticas e percursos subjetivos que elas, por definição, não abarcam."

Esta limitação às aparências do mundo é dada pelo tipo de retórica utilizada na notícia, que é referencial, na nomenclatura de Jakobson. Por isso, ainda segundo Nilson Lage, conceitos que expressam subjetividade estão excluídos: "não é notícia o que alguém pensou, imaginou, concebeu, sonhou, mas o que alguém disse, propôs, relatou ou confessou. É também (a notícia) axiomática, isto é, se afirma como verdadeira: não argumenta, não constrói silogismos, não conclui nem sustenta hipóteses. O que não é verdade, numa notícia, é fraude ou erro."

O fato de o Jornalismo não trabalhar com hipóteses leva a diferenças importantes, a nível metodológico, em relação à Ciência. A hipótese pressupõe uma experimentação controlada, isto é, um corte abstrato na realidade através do isolamento de variáveis que permita a obtenção de respostas a um questionamento baseado num sistema teórico anterior. A teoria científica expõe uma relação entre fatos, e a partir dela surgem novas deduções através da lógica. Estas deduções — as hipóteses — conduzem os cientistas a uma verificação empírica; se verificadas, as hipóteses transformam-se em novas teorias, num processo infinito de acumulação.

A pauta e a hipótese

O Jornalismo, por sua vez, não parte de uma hipótese, mas de uma *pauta*. Diferente da hipótese, a pauta não surge de um sistema teórico

anterior, mas da observação não controlada (do ponto de vista da metodologia científica) da realidade. A pauta também se diferencia da hipótese pelo tipo de corte abstrato que propõe. O isolamento de variáveis é substituído pelo ideal de apreender o fato de todos os pontos-de-vista relevantes, ou seja, em sua especificidade. Isso determina o limite da abstração possível no modo de conhecimento do Jornalismo e sua possibilidade de acumulação.

Enquanto a Ciência, abstraindo um aspecto de diferentes fatos, procura estabelecer as leis universais que regem as relações entre eles, o Jornalismo, como modo de conhecimento, tem a sua força na revelação do fato mesmo, em sua singularidade, incluindo os aspectos forçosamente desprezados pelo modo de conhecimento da Ciência.

Assim, enquanto a Ciência se torna um modo de conhecimento do mundo explicável, o Jornalismo se torna um modo de conhecimento do mundo sensível. Cada um vai ter a sua forma própria de refletir e, inevitavelmente, de refratar a realidade.

O Jornalismo como conhecimento é condicionado por sua produção industrial como mercadoria, por valores ideológicos de seus produtores, pelo autoritarismo de suas formas, pela arbitrariedade de suas escolhas, pelas falsas categorias que a sua tradição e sua técnica (e o poder da morte embutido nelas) construíram. No entanto, tem potencialidade muito maior do que a da Ciência de revelar o novo.

“Como o novo aparece sempre como singularidade — aponta Adelmo Genro Filho —, e esta sempre como o aspecto novo do fenômeno, a tensão para captar o singular abre sempre uma perspectiva crítica em relação ao processo. A singularidade tende a ser crítica porque ela é a realidade transbordando o conceito, a realidade se recriando e se diferenciando de si mesma.”

A possibilidade de emergência do novo, dada pelo modo de conhecimento do Jornalismo, cria uma contradição fundamental em sua prática, raramente percebida pela teoria: sendo, formalmente, tão positivista quanto a mais positiva das ciências, o Jornalismo é sempre carregado de negatividade — o que significa dizer que é, por natureza, crítico, que aponta para a crítica ainda quando não a persegue.

A dificuldade de percepção deste paradoxo está em que ele não é aparente nem na análise de um produto jornalístico, nem na dos manuais

que o definem, tradicionais objetos de crítica dos teóricos. Ele só é perceptível do ponto-de-vista da produção mesma, do processo e de seu movimento, sua periodicidade, no aforismo de que “não há nada mais velho do que o jornal de ontem”.

O movimento do Jornalismo é o mesmo falso movimento da Ciência, uma sucessão de quadros parados. Só que a velocidade deste movimento, no Jornalismo, é tão mais rápida que há uma mudança qualitativa no resultado. Reforça sua cristalização no singular e destrói qualquer possibilidade duradoura de sistematização do conhecimento produzido. A rapidez da emergência do novo, neste processo, não permite a estabilidade e a regularidade da ordem positiva.

Um segundo aspecto a ser considerado nesta velocidade, que já levou o Jornalismo a ser chamado de “história escrita à queima-roupa” é a maneira particular como seus enunciados participam do diálogo social. Dada a proximidade com os fatos, com seus agentes e com os atingidos por eles, a subjetividade das notícias dificilmente é ocultada por sua objetividade formal. O poder dos mortos do positivismo também não funciona aí com a mesma eficácia que demonstra na objetividade da Ciência.

É este potencial crítico em relação ao poder da morte que distingue e torna necessário o Jornalismo como forma social de conhecimento. Para o jovem Marx, a imprensa era a consumação da liberdade humana. Adelmo Genro Filho inverteu a frase e propõe que a consumação da liberdade humana exige o desenvolvimento do Jornalismo. O nosso “patinho feio” também se transforma em cisne.

Um problema de ensino

Voltemos, então, ao ponto inicial no capítulo: a mesa do editor do radiojornal (também poderia ser de TV, jornal ou revista). Lá estará alguém muito ocupado, procurando fazer um Jornalismo mais ético, digno e eficaz, e sabendo que o poder que dispõe para fazê-lo é diretamente proporcional à competência técnica que demonstrar.

Comuniquemos a ele que aquilo que faz não é uma ciência-mal-feita, como queriam alguns teóricos, mas um conhecimento que pode ser bem feito. Passaremos às suas mãos os argumentos para sustentar esta posição diante dos teóricos e cientistas.

É um grande avanço, sem dúvida, mas o nosso editor nos dirá que não está mais na faculdade, não tem tempo para freqüentar os teóricos e não convive com cientistas. Ele vai querer saber no que a nossa descoberta o ajuda, e pedirá que, de preferência, expliquem isso para quem está na Universidade, coisa que não fizeram com ele no momento oportuno. Agora é tarde, faltam minutos para o noticiário ir ao ar, ele não tem tempo a perder.

Retomaremos a reflexão um tanto frustrados com a resistência na prática à nossa teorização, principalmente porque essa teoria procura, justamente, afirmar o primado da prática. Mas ganhamos também alguns problemas novos — a preocupação dos jornalistas práticos em serem éticos, dignos, eficazes e competentes, e em aprenderem a ser tudo isso na escola — e vamos botar a teoria a trabalhar por eles.

Nessa nova perspectiva, até que ponto devemos descartar a ciência positiva dos teóricos e o jornalismo míope dos práticos? Até que ponto a nossa Teoria Dialética do Jornalismo, que o situa enquanto Conhecimento, deve substituir os dois? Mais uma vez, as respostas só poderão ser encontradas na prática, agora na prática educativa das Faculdades de Comunicação.

CAPÍTULO 5

A Perda do Objeto de Estudo da Comunicação

Conta Darcy Ribeiro que a Universidade brasileira foi criada por uma questão de cerimonial. O rei da Bélgica veio visitar o Brasil em 1923, e como era um rei intelectual, o Itamaraty quis dar-lhe um título honorário de doutor. Mas, para dar este título, era preciso ter uma universidade. Então saiu um decreto resolvendo o problema: o rei ganhou a honraria e o Brasil ganhou a Universidade.

Esta função primeira de dar diploma vai marcar toda a vida da Universidade brasileira. Para Florestan Fernandes, define um papel social importante numa sociedade com barreiras tão rígidas entre ricos e pobres: os filhos dos ricos vão ser chamados de doutores, e os filhos dos pobres vão saber o seu lugar.

Foi atrás desse diploma tão cobiçado que os redatores do serviço público pressionaram o governo a criar Cursos de Jornalismo na Universidade. Além de tudo, o nível superior representava um aumento de salário na carreira dos barnabés. E conseguiram, na década de 40, abrir os primeiros cursos no eixo Rio-São Paulo.

Criados para servir de degraus à ascensão desses profissionais, num tempo em que as empresas jornalísticas davam mais valor a suas conquistas políticas do que às econômicas, esses cursos se preocupariam mais com a formação humanista de seus alunos do que com o aprimoramento técnico da profissão.

Esta tendência dominaria o ensino de jornalismo no Brasil até a década de 60. Vinculados às faculdades de filosofia, esses cursos eram compostos quase que exclusivamente por disciplinas da área de humanidades. Pensava-se no Jornalismo como atividade artístico-literária, propunha-se em considerá-lo numa perspectiva ético-jurídica,

alimentava-se uma visão romântica que por muito tempo faria a aura da profissão.

O “jornalismo boêmio” – como o chamou Celso Kelly – sobreviveria ao primeiro currículo mínimo oficial, elaborado em 1962, logo após a criação do Conselho Federal da Educação. Mas já então estava com os seus dias contados: a própria criação do CFE e a obrigatoriedade do currículo mínimo eram as pontas de um *iceberg* que transformaria radicalmente o ensino do Jornalismo no Brasil, como veremos adiante.

Antes disso, é importante destacar que idéias diferentes do que deveria ser este ensino já circulavam no Brasil desde o início do século. A primeira proposta de criação de um curso, feita no Congresso Brasileiro de Jornalistas de 1918, previa um programa predominantemente prático, montado a partir de jornal-laboratório, conforme o modelo que surgia na mesma época nos Estados Unidos. Este modelo inspira também o abortado projeto do empresário Cásper Líbero para a primeira escola paulista, e uma última tentativa de implementá-lo foi interrompida pela intervenção militar na Universidade de Brasília, em 1965.

Em nenhuma dessas oportunidades a idéia encontrou condições objetivas para ser implantada no Brasil. A macaqueira de modelos estrangeiros, sem a necessária correspondência das condições em que foram concebidas na origem, tem sido tão festejada quanto desastrosa em países periféricos como o nosso.

A ponta do *iceberg*

O *iceberg* com que se chocaria nosso ensino de Jornalismo em meados dos anos 60 começou a se formar numa conferência da UNESCO realizada em Paris, em 1948. Naquele encontro, a entidade, na época amplamente dominada pelo espírito da guerra fria, resolveu dar atenção à formação dos jornalistas no terceiro mundo. A UNESCO advertia ao mundo ocidental que o Jornalismo poderia “agravar, se mal inspirado, os desajustamentos entre grupos, classes e partidos, ou atenuá-los até o ponto de extinguí-los, se baseado na boa compreensão dos fatos e na lúcida revelação dos mesmos”, conforme a retórica da época.

Com essa preocupação principalmente política, a UNESCO começou a criar centros de formação de professores de Jornalismo nas várias regiões do terceiro mundo, e a nós coube o Centro Internacional de

Estudos Superiores de Jornalismo para a América Latina (CIESPAL), com sede no Equador.

Em 1961, já sob o impacto da perda de controle sobre a revolução cubana, as forças aliadas aos Estados Unidos passam a ter uma política mais direta de contra-insurgência na América Latina. Na Conferência de Punta del Este, realizada naquele ano, é traçado um programa de *modernização* dos sistemas educacionais do continente, com quatro pontos principais: controle centralizado, prioridade ao ensino técnico e profissional, tecnificação do ensino de humanidades e ciências sociais e, principalmente, despolitização das relações educacionais.

Com o golpe militar de 1964 no Brasil, esta receita, que já vinha sendo aplicada com a criação do Conselho Federal de Educação e dos currículos obrigatórios, dois anos antes, passou a ser plenamente posta em prática. O segundo currículo mínimo do jornalismo, elaborado por um técnico treinado no CIESPAL, Celso Kelly, vai efetivar a tecnificação do ensino, marcando a transição daquela fase humanista para uma fase *positivista* dos nossos currículos.

A nova fase pretendia introduzir uma visão mais científica e mais técnica da profissão, segundo a tradição teórica norte-americana. Disciplinas como Teoria da Informação e Jornalismo Comparado foram introduzidas no currículo. Também se introduzia – embora ainda com a denominação provisória de *jornalista polivalente* – a figura do *comunicador social*.

Em 1965, o CIESPAL realiza quatro seminários regionais no continente, um deles no Rio de Janeiro, recomendando a transformação dos cursos de jornalismo em “institutos de comunicação” ou “ciências da informação coletiva”. Para atingir suas finalidades políticas, não bastava ao Centro influir na formação de profissionais que se restringissem ao Jornalismo. Conforme um estudo da UNESCO, 80 por cento da população latino-americana jamais havia visto um jornal, e esta percentagem aumentava nas zonas rurais, justamente as mais vulneráveis a uma ação revolucionária como a ocorrida em Cuba.

No Seminário Regional do Rio de Janeiro, em nome da “necessidade de comunicação de grupos que buscam a integração à sociedade”, da “contribuição com o bem comum e com o regime democrático”, o CIESPAL introduz no Brasil esse profissional polivalente, “para atuar em todos os meios de comunicação coletiva (rádio, televisão,

imprensa, cinema), posto que a relação entre eles é complementar, e também para o desempenho de tarefas de investigação científica, de relações públicas e de publicidade”.

É importante salientar a diferença das escolas de *mass communications* existentes nos Estados Unidos, que inspiraram o projeto de Pompeu de Souza na Universidade de Brasília, e o que efetivamente foi implantado no sub-continente. Ao admitir o propósito político desta *comunicação* introduzida na América Latina, o técnico norte-americano Raymond Nixon constata nessa mudança das escolas “uma significação mais profunda do que a maioria das pessoas se dá conta”. De fato, no nosso caso, por razões estratégicas, subordina a idéia da “indústria da informação e opinião” (como as escolas americanas viam o jornalismo) à “indústria da sugestão” (como elas viam publicidade e relações públicas), o que não ocorre no modelo original. Nos Estados Unidos, a atividade de assessoria de imprensa, por exemplo, não é considerada atividade jornalística, mas atribuição dos *public relations*.

A *modernização* do currículo sob o parâmetro do CIESPAL esbarrou, no entanto, na inércia e na falta de recursos de nossa Universidade. De fato houve uma tecnificação do ensino teórico, mas o propósito de incrementar o ensino profissionalizante foi barrado pela falta de equipamentos das escolas. Assim, a parte técnica dos cursos só funcionou *para efeito de*, como costuma se referir o jargão burocrático às determinações que não saem do papel.

Submissão total

Em 1969, um terceiro currículo mínimo foi elaborado pelo mesmo técnico, Celso Kelly. No período mais negro da perseguição política promovida pela ditadura militar, a submissão ao projeto do CIESPAL é completa, até na nomeação que, conforme a determinação da entidade, deveria ser unificada em todo o continente: os cursos de jornalismo passaram então a ser chamados de *cursos de comunicação social*.

No entanto, a maior industrialização do Brasil em relação aos demais países do continente exigiu que, ao lado da *habilitação polivalente*, fossem mantidas as de jornalismo, editoração, relações públicas e propaganda, conforme a realidade do mercado de trabalho.

A reforma curricular de 1969 foi feita em função da Reforma de Ensino que transformou a Universidade brasileira naquele mesmo ano. O objetivo da reforma, também orientada por técnicos norte-americanos, foi articular o ensino ao sistema econômico e evitar a sua politização. A estrutura universitária então criada se mantém até hoje, e alguns dos seus efeitos para o ensino do Jornalismo serão analisados mais adiante.

O currículo da Reforma de Ensino se esforça por buscar, em disciplinas científicas, fundamentos que possam substituir pontos-de-vista filosóficos, que passaram a ser considerados impróprios por *não-científicos*. Através da física, da matemática, da psicologia, da biologia e da cibernética procurava “quantificar os processos” que orientassem a “uma intervenção controlada da realidade”, articulada à “racionalização do trabalho, o complexo organizatório das empresas, a atividade engrenada de homens e máquinas”, conforme dizia à época a professora Nelly de Camargo.

Se para os autores do primeiro currículo mínimo a generalidade era a especificidade do Jornalismo, na nova fase isso era justamente o que precisava ser negado. A ciência positiva exige a exatidão e uma visão particularizada da realidade capaz de atender a essa exigência, conforme veremos adiante. O currículo de 1969 faz também uma nova tentativa de implantar o ensino técnico-profissionalizante, determinando a necessidade de existência de laboratórios nos cursos mas a determinação mais uma vez só é cumprida *para efeito de*...

O currículo mínimo foi novamente reformado em 1979, chegando a sua quarta edição, depois de longo processo de discussão em consequência do descontentamento generalizado com o desempenho dos cursos de comunicação. Como ocorre quase sempre, as falhas foram atribuídas à lista de disciplinas obrigatórias em vigor.

Falta de seriedade

O currículo de 1979 pretendia inaugurar uma fase “crítico-reflexiva” no ensino de comunicação, conforme sua justificativa e as mais novas influências da UNESCO e do CIESPAL, que já então começavam a sair da órbita do alinhamento automático da guerra fria, manifestando sinais de vida independente que chegaram a provocar protestos do governo norte-americano e corte de contribuições de custeio.

No entanto, a falta de seriedade com que foi elaborado o currículo tornou a pretensão inovadora totalmente inócua, e a reflexão-crítica também tornou-se *para efeito de*; caracterizou-se este como o mais burocrático de todos os currículos.

A proposta original, elaborada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa da Comunicação (ABEPEC), teve uma série de contradições apontadas por outra entidade acadêmica, a União Cristã Brasileira de Comunicação Social (UCBC). Na versão final do Conselho Federal de Educação, estas contradições foram “resolvidas” da maneira mais simples, com uma borracha: apagaram-se as frases em que elas tinham sido apontadas, sem perceber que elas não estavam no texto, mas na concepção do currículo.

A falta de seriedade não parou por aí. A criticada proposta da ABEPEC foi submetida, em segunda instância, a uma comissão nomeada de especialistas e, finalmente, ao relator do processo no Conselho Federal de Educação. Ao final dessa tramitação só restava, da proposta original, a sua justificativa. O Conselho Federal de Educação conseguiu unir a justificativa de uma proposta com o corpo de matérias de outra, demonstrando a versatilidade do verbalismo acadêmico e sua utilidade quando articulado ao oportunismo burocrático.

Decretado numa fase de abertura política e intensa mobilização universitária, o currículo de 1979 foi muito mal recebido nas escolas de comunicação. O descontentamento motivou os empresários de comunicação a fazerem mais uma de suas habituais campanhas pelo fechamento dos cursos, o que levou o CFE a decidir “rever em profundidade” a questão, tornando optativa às universidades a adoção da nova lista de disciplinas.

Apesar de, com isso, ter sido aplicado em poucas escolas, o currículo de 79 deixou marcas no ensino de comunicação no Brasil. Intensificou a tendência à especialização, extinguindo o comunicador polivalente e criando as habilitações de Rádio e TV e Cinema.

No plano teórico, o currículo de 79 faz um esforço de síntese das etapas anteriores. Mas o verbalismo se manifesta também aí: não recupera a base humanista perdida nos primeiros currículos, suprimindo até a referência à comunicação enquanto arte, que resistira da origem dos cursos até a proposta da ABEPEC. O que faz é dirigir o cientificismo anterior a um grau maior de abstração, num movimento do empirismo ao

teoricismo. O mesmo teoricismo vai prevalecer nas disciplinas classificadas como de natureza técnico-profissional, com a transferência da responsabilidade do ensino das práticas ao estágio nas empresas.

Formando burocratas

Em consequência desse teoricismo, os cursos darão ênfase muito mais à formação de técnicos administrativos do que de profissionais criativos em suas áreas de atuação. Com a oficialização da prática *para efeito de*, falando sobre ela e não mais dela, caracteriza-se o auge da burocratização que vem da origem dos cursos e da própria universidade brasileira, fundada com o diploma do rei Leopoldo.

A burocracia não foi suprimida da mais nova versão do currículo mínimo, que entrou em vigor em 1984. Aliás, em sua análise das fases anteriores do ensino de comunicação, o relator deste novo currículo constata realisticamente a permanência de elementos de todas estas fases na etapa atual. E conclui reconhecendo a perda, neste percurso, do próprio objeto de estudo da comunicação, que agora precisaria ser encontrado.

Esta inércia é um elemento inseparável da história do nosso ensino de comunicação, pela organização de suas instituições e pelos sujeitos que o efetivam, pela imersão de tudo isso num mundo histórico, que convive com a contradição permanência-mudança.

Uma idéia é sempre diferente de seu resultado na prática e, por isso, uma análise histórica feita através dos currículos deve ser realizada com cuidado, pois diz mais de intenções passadas do que de resultados concretos.

Assim, se o meio acadêmico da comunicação, impossibilitado, pela ausência da prática, a testar a efetividade de suas teorias, chegou a perder o objeto de estudo, por outro lado as mesmas deficiências de recursos impediram um controle ideológico mais efetivo no período em que isso foi tentado sobre ele. E pode-se perseguir hoje a construção de uma etapa efetivamente crítica, com o auxílio de todo o estudo teórico que a ênfase teoricista propiciou nos últimos anos.

O currículo de 84, pela intenção de reabilitar a prática para constituir uma práxis no ensino da comunicação, e exigindo dos cursos um equipamento efetivo de seus laboratórios — essa é a sua mais importante

característica — abriu essa perspectiva. Mas, como a experiência desses últimos anos tem mostrado, só a perspectiva não basta, é preciso implementar realmente esta construção. O que traz à tona uma nova série de problemas, começando por quem é que vai fazer isso.

CAPÍTULO 6

Em Busca do Objeto Perdido

As certezas das ciências têm sido colocadas em dúvida nos últimos tempos. Descobriu-se que os objetos de estudo dos cientistas não são tão inertes como pressupõem as suas teorias. O problema tem sido exemplificado com o caso extremo do psicólogo e do ratinho, nas experiências sobre condicionamento: é o psicólogo que condiciona o ratinho a apertar um botão para receber comida ou o ratinho que condiciona o psicólogo a lhe dar comida quando aperta o botão?

Na física quântica, esse tipo de incerteza foi reconhecido na teoria de Werner Heisenberg, ao concluir que não poderia medir a posição e a velocidade das partículas sub-atômicas sem interferir no resultado da medição.

O Princípio da Incerteza de Heisenberg e o paradoxo do ratinho pavloviano nos ajudam pouco, no entanto, na presente investigação, uma vez que o objeto da comunicação está por ser encontrado, conforme é admitido no currículo mínimo. Só a partir de seu encontro descobriremos se este objeto tem vida própria, e como pode interferir em seu próprio estudo.

Perdido o objeto, só nos resta o caminho de perseguir os sujeitos em busca de alguma pista para encontrá-lo e, ao mesmo tempo, para responder a pergunta que ficou no ar no final do capítulo anterior: quem vai construir um ensino de comunicação realmente crítico, baseado na práxis? Para responder a esta pergunta, no entanto, é necessário perguntar antes se alguém tem este poder.

No capítulo anterior vimos um exemplo de como os setores que detinham o poder na sociedade determinaram a forma que tomou o nosso ensino de comunicação, a partir de centros de decisão tão distantes de nosso arbítrio quanto os estrategistas militares dos Estados Unidos ou os

conferencistas da UNESCO em Paris. A partir de constatações como estas é que se desenvolveu a visão de que a educação serviria apenas para reproduzir a sociedade, num papel eminentemente passivo.

Esta visão pretendia criticar a ingenuidade de teorias anteriores, que viam na educação o poder de transformar a sociedade. Estas teorias e a visão que as negava partiam de idéias opostas do que seja o homem em suas relações com a realidade que o cerca.

Para uns, a consciência e a vontade humana seriam o que realmente importa, e a realidade objetiva um aspecto secundário; para os outros, a consciência e a vontade é que não contariam muito, já que eram determinados pela realidade exterior. Nos dois casos, há o esquecimento de que o homem faz parte da realidade que o determina, e de que age sobre ela, como nos lembra Marx.

Assim, é na contradição desse sujeito sujeitado pela realidade, e no paradoxo da liberdade que tem de transformar-se a si mesmo, que continuaremos a seguir a pista da perda do objeto, cujo encontro é fundamental para a construção de um ensino crítico.

Falar desta liberdade, no entanto, é escorregadio e muitas vezes ideológico. Sendo o homem um ser histórico, é na investigação das condições históricas de sua existência que se poderá investigar o seu poder real, ou seja, o conteúdo concreto de sua liberdade. E no uso que faz desta liberdade é que se desvendarão suas vontades e seus compromissos.

O automóvel não anda

O ensino de comunicação no Brasil se dá num país em que têm acesso à Universidade 1,03% da população. O custo de manutenção de um estudante está orçado em oito mil dólares anuais nas universidades públicas, o que representa cerca de vinte vezes a renda familiar anual *per capita* que cabe a dois terços da população do país.

Pressionada pelas tensões deste *apartheid social*, a universidade funciona como um automóvel que andasse numa cidade que teve as ruas bombardeadas, na alegoria que lhe fez o ex-reitor da UnB, Cristóvam Buarque: *"O automóvel não perdeu nada de sua qualidade intrínseca, mas perdeu muito de sua qualidade funcional. O automóvel tem a mesma qualidade que antes, mas agora a viagem não leva diretamente aonde o motorista e o passageiro desejam, ao menos com a facilidade de antes."*

Nestas condições, os passageiros se dividem entre os que sem olhar para as ruas da cidade sentem a irritação com a perda de qualidade e querem afinar melhor o motor; aqueles que querem manter o carro, apenas limpando a poeira; outros que querem abandonar o carro e cuidar da reforma da cidade, ou simplesmente andar por cima dos escombros; e aqueles que querem adaptar o carro às novas condições, redefinir o próprio destino da viagem e usá-lo na reconstrução da cidade."

Historicamente, os intelectuais brasileiros têm se interessado muito pouco pela última opção. Pelo contrário, diversas pesquisas mostram que, desde o nosso tardio sistema escravocrata até a recente ditadura militar, nossos intelectuais estiveram hegemonicamente à serviço das formas vigentes de dominação. Mesmo quando, paradoxalmente, utilizavam um discurso *crítico* em relação a elas.

Este paradoxo vai ser apontado por Florestan Fernandes na postura daqueles que criticam o caráter deteriorado ou a ineficiência de nossa "má escola", e na prática omitem-se do dever de transformá-la. Segundo ele, isto ocorre porque a desorganização, desorientação e baixa produtividade desta escola têm como subproduto o atendimento a certos interesses, os quais não deixam de ser compartilhados por estes "espíritos críticos".

Em nenhum momento essa cooptação fica tão evidente quanto no da aceitação da reforma universitária imposta pela ditadura militar. Se o silêncio e a submissão à reforma foram justificáveis no contexto de violência política em que foi implantada, a sua permanência após a democratização do Estado requer outra explicação. A reforma não foi posta em questão porque quem tinha condições de fazê-lo foi beneficiado por ela, através da socialização, para todo o corpo docente, dos privilégios antes restritos aos catedráticos.

O poder catedrático de definir "a sua imagem e semelhança" tanto seus objetos de estudo quanto de ensino, conduziu o docente a um hiper-individualismo que, se não foi premeditado, encaixou-se perfeitamente nos propósitos da reforma conservadora. Alimentado por uma estrutura de incentivos ao carreirismo pessoal, provocou uma inversão de papéis, onde o ensino é colocado a serviço da pesquisa do professor, ao invés de a pesquisa ser colocada a serviço do aperfeiçoamento do ensino.

Nesse contexto, torna-se compreensível a perda do objeto de estudo da comunicação por um eventual desinteresse dos docentes de darem atenção a ele, podendo se dedicar a outros tantos temas mais fascinantes. Ou que os diversos caminhos individuais seguidos o tenham fragmentado de tal forma que se tornasse irreconhecível.

Estas hipóteses ficam reforçadas pela observação da heterogeneidade da origem destes docentes, grande parte deles vindo de áreas filosóficas, jurídicas e científicas das diversas disciplinas incorporadas aos departamentos de comunicação nas várias fases dos nossos currículos. Sem contar os que vieram das várias práticas profissionais envolvidas, sempre havendo os que se abrigaram na Universidade para escapar delas, ao se descobrirem sem vocação, e que se tornam incapazes de ensinar alguma coisa além desse desprezo.

Um conflito pelo poder

Arma-se, assim, o conflito entre aqueles que, nas escolas, procuram se aproximar do objeto perdido e os que, ao contrário, querem distância dele. Se por um lado o conflito instaura a confusão e o relativismo, por outro pode ser esclarecedor. Primeiro, porque o conflito parteja a consciência, como observa Paulo Freire. Segundo, porque o conflito é mais um aspecto deste sujeito que investigamos.

O conflito entre pessoas e grupelhos, as brigas pessoais destrutivas e irracionais e as lutas desesperadas por parcelas insignificantes de poder têm sido observadas em todos os nossos cursos de comunicação. Voltamos, então, a falar do poder, agora constatando já que há um poder concreto ao alcance do nosso sujeito, uma vez que o conflito se dá em função dele.

Tem sido um erro da ciência política localizar o poder apenas no Estado. O Estado, de fato, é um órgão gerenciador dos poderes que permeiam todas as instituições e relações da sociedade. Cada instituição tem um poder específico, organizado e controlado burocraticamente, e cada pessoa dentro da instituição detém, mesmo que precariamente, em função do cargo que ocupa, a sua parcela deste poder específico. É a participação nesta cadeia de poder que garante muitas vezes a adesão dos indivíduos a determinados sistemas sociais. Se não aderissem, ressaltava Castoriadis, só poderiam ser mantidos sob controle pela coerção.

No exercício desses micro-poderes, que passa pela adesão à estrutura que os legitima, interferem não apenas aspectos psicológicos, individuais, como também outros de ordem histórica e social. Assim, a liberdade de ação é limitada não apenas por fatores externos aos sujeitos que os exercem (como as estruturas burocráticas), como também por fatores internalizados. Para superar esses limites, é necessário lutar não apenas contra as estruturas, mas também contra os condicionamentos a que se está submetido.

Nesses dois campos de luta, o ensino crítico da comunicação tem acumulado derrotas. Foi derrotado pela estrutura herdada da reforma do ensino, que o condenou à fragmentação e assim o impediu de resistir à segunda derrota, a do condicionamento: quando rechaçou o "jornalista polivalente", a profissão de "comunicador" da receita do CIESPAL, esqueceu de rechaçar junto o arcabouço teórico que os justificava. Negou o tipo de profissional imposto, mas ficou com a teoria imposta por ele, para formar, estranhamente, outros profissionais.

Sem equipamentos nas escolas e, conseqüentemente, sem uma prática efetiva, não tínhamos como apurar isso: a teoria do CIESPAL não servia para a nossa prática. Nesse desencontro, encontramos agora o objeto perdido da comunicação: o comunicador polivalente do CIESPAL. Ele não foi perdido, foi jogado fora, mas apenas pela metade.

Seguindo a trilha do sujeito, não apenas encontramos o objeto, mas descobrimos que o sujeito está condicionado por ele: o comunicólogo é o cientista condicionado pelo ratinho.

Reconhecido este condicionamento, está dado o primeiro passo para superá-lo, abandonando o entulho teórico sem objeto e procurando nas práticas profissionais efetivas a construção de novas teorias. No entanto, a dupla capitulação do nosso sujeito levanta dúvidas sobre a possibilidade que tenha de construir um ensino e, por suposto, uma teoria realmente crítica. O mero reconhecimento de uma realidade não leva necessariamente a sua transformação, e o sujeito está submetido a outros condicionamentos internalizados, além daqueles provocados pelo objeto perdido.

Se um objeto já morto e uma estrutura universitária que é, em si, inanimada, nos condicionaram de tal maneira, é necessário descobrir de que maneira as coisas sem vida exercem sobre nós este poder. É o que vamos perseguir no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 7

O Condicionamento dos Teóricos e dos Práticos

“Os vivos são sempre e serão cada vez mais governados pelos mortos.” Mais uma vez a condenação do filósofo Auguste Comte. Ela me vem muito à mente porque me perseguiu como um fantasma durante toda a infância. Andando de bonde pela avenida João Pessoa, em Porto Alegre, e tentando ler os letreiros por onde passava, no exercício de aprender a ler, sempre me deparava com a frase, sobre o portão do número 1058. E sentia a espécie de arrepio que uma criança sente ao lembrar uma história de assombração quando passa por um cemitério.

Só que por ali não havia espíritos nem cadáveres, eu estava diante da Capela Positivista. Hoje fora de moda, lá inerte, desativada, a própria capela parece ter deixado o mundo dos vivos. E, no entanto, o positivismo cumpre a sua profecia: morto, ainda nos governa, interfere na nossa vida, arrasta as suas correntes nas faculdades de comunicação toda vez que nos deixamos condicionar por nossos objetos de estudo, pelas instituições e suas paredes, pelas idéias de outros mortos mais ou menos ilustres.

O ensino da comunicação, como já vimos, não escapa deste poder, e a vinculação da teoria com a prática é a sua primeira vítima. No caso do Jornalismo, que nos interessa, teóricos e práticos se culpam mutuamente por isso. Na verdade, são como a fome e a vontade de comer.

As pessoas usam o dinheiro e fazem com ele as transações mais complicadas, sem nunca se perguntarem sobre o que vem a ser o dinheiro. Da mesma forma, gerações de jornalistas se formaram, e altos graus de competência profissional foram atingidos, sem que se perguntassem o que é o Jornalismo.

Essa constatação — a de que as técnicas do Jornalismo, assim como o uso do dinheiro, se aprende na prática, por analogia — tem levado

os práticos a desconfiar da convivência dos teóricos, que vagam no céu da especulação e tropeçam no mundo das coisas práticas. Esta convivência, nos cursos, parece-lhes perfeitamente inútil, quando não descaradamente parasitária.

A desconfiança dos práticos, no entanto, não resiste aos argumentos dos teóricos. “Aqueles que se enamoram somente da prática, sem cuidar da teoria, ou melhor dizendo, da Ciência, são como o piloto que embarca sem timão nem bússola”, já advertia Leonardo da Vinci. Derrotados nos argumentos, os práticos retomam os remos, tocam o barco, e aumentam seus ressentimentos: os teóricos seguem no leme, definindo a orientação dos cursos.

Esta orientação tende a seguir, então, o caráter formal da lógica que pega o leme, a começar pela sua linguagem diferente da utilizada pelos práticos. Tornada inacessível a eles, desta maneira, a teoria passa a ter vida própria e, cada vez mais, diferencia-se da prática, afirmando a sua superioridade sobre ela.

O apego aos fatos

O último argumento dos práticos, então, será o seu apego aos fatos. O bom Jornalismo ensina que a realidade se encontra nos fatos, e não nas idéias que se têm sobre ela. Assim, é a eles, práticos, que a objetividade pertence.

O apego aos fatos, concordarão os teóricos, é o caminho da objetividade, mas ela só é alcançada pelo correto relacionamento entre eles. É preciso contextualizar os fatos, utilizando o conhecimento acumulado que se tem sobre eles. A partir das leis que regem os fatos, expressas nos conceitos encontrados no processo infinito de auto-superação e progressão do conhecimento, é que se chegará à verdade objetiva.

Os práticos, com seu apego aos fatos, não irão negar a realidade desta acumulação de conhecimento. Mas continuarão desconfiando que, por trás deste discurso, esconde-se uma certa desvalorização dos fatos: é o que podem observar na prática da teoria. Desta maneira, continuarão dando mais valor as suas próprias explicações sobre o Jornalismo, apegas aos fatos e às analogias: farão um *Jornalismo do Jornalismo*.

Os teóricos logo vão criticar estas explicações, demonstrando a sua fragilidade teórica. Na insuficiência desse Jornalismo que se auto-explica, demonstrarão como o Jornalismo é uma espécie de ciência mal feita, uma ciência distorcida. E comprovarão a validade de suas próprias explicações sobre o Jornalismo, enraizadas nos conceitos: farão a *ciência dessa ciência distorcida*, desprezarão a prática dos práticos para propor novas práticas que — imaginam — superem as distorções.

Em síntese, uns e outros procuram superar a incomunicação entre teoria e prática por seus próprios meios. Como lembra o sociólogo Michael Lowy, essa não é uma idéia nova: uma antiga história infantil alemã já a ensinava às crianças. O personagem da história, chamado Barão de Munchhausen, andava um dia à cavalo quando afundou num pantanal. O cavalo foi afundando, a lama chegando à altura do peito, e o Barão, desesperado, pensou que ia morrer ali junto com o animal. Naquele momento, teve uma idéia genial: pegou-se pelos seus próprios cabelos e foi puxando, puxando, até tirar a si mesmo e ao seu cavalo do pântano. É o que teóricos e práticos têm tentado fazer nos cursos de Jornalismo.

O fato de teóricos e práticos, por caminhos diferentes, chegarem ao mesmo método para enfrentar a situação — o método do Barão de Munchhausen — é mais do que uma coincidência. Como dissemos antes, eles são como a fome e a vontade de comer, têm mais coisas em comum do que imaginam ou que gostariam.

Teóricos e práticos, cada grupo a seu modo, têm um apego especial a considerar “as coisas como são”, e alimentam forte desprezo às idéias que não contribuem para isso. Têm seus próprios critérios para dirimir dúvidas sobre as coisas, e aperfeiçoam estes critérios em busca de precisão. Neste processo de aperfeiçoamento, procuram se manter atualizados sobre o progresso de seus campos (de conhecimento, num caso; das técnicas, no outro), num processo permanente de auto-superação. Enfim, são sinceros adeptos do real, do útil, do certo, do preciso e do relativo: são “espíritos positivos”, na definição de Comte. Suas divergências resultam da diferença dos pontos-de-vista de suas especializações, mas não chegam a distingui-los em relação a esta postura “positiva” diante do mundo.

O apego de ambos aos *fatos*, esta visão *fatal*, costuma esquecer que os fatos se referem à realidade, mas não são a realidade. São construções do pensamento de quem os nomeia. Ao ocultar isso, a

objetividade reclamada por teóricos e práticos de espírito positivo coloca o ensino do Jornalismo no campo da *fatalidade*: afundamos no pântano, entregues ao poder da morte. Não sairemos dele puxando os próprios cabelos, nem puxando uns os dos outros, como temos feito, se já estamos todos dentro.

No entanto, o pensamento não se objetiva negando a sua subjetividade, ele só se objetiva materializando-se na ação, intervindo no concreto. É na unidade do pensamento com a ação, que passa pelas finalidades do sujeito que pensa e age, que se chega ao conhecimento novo. É observando as finalidades de quem pensa e age que se supera a fatalidade do poder da morte.

Tocando no concreto pela unidade com a ação, o pensamento descobre que o concreto se move, que incorpora o novo. O novo não é mais “nada mais que” o velho, como queria o poder da morte. Nem o conhecimento produzido pelo poder da morte é o único conhecimento possível, como se proclamava.

Livres dos fantasmas, é possível, então, se reconhecer a existência de um conhecimento produzido pelo Jornalismo. Um conhecimento diferente daquele admitido pela Ciência dos teóricos e igualmente impensável pela simples observação da rotina dos práticos. Mas que se torna visível justamente na contradição entre uns e outros, e que pode ser a corda a salvá-los do pântano, como veremos no próximo capítulo.

A Negação do Conhecimento

Em 1954, ao mesmo tempo em que os Estados Unidos, através da UNESCO, se preocupavam em controlar politicamente a formação de jornalistas no Terceiro Mundo — o que aqui redundou na criação do CIESPAL, como já vimos — o presidente daquele país criava a *teoria do dominó* para justificar a intervenção militar no Vietname: “Vocês têm uma fileira de peças de dominó em pé” — explicou Eisenhower numa entrevista à imprensa — “derrubam a primeira e o que acontecerá a última é que ela cairá muito depressa”.

Se a nível político e estratégico a teoria do dominó provou ser apenas uma arma ideológica da Guerra Fria, a nível epistemológico, na observação das idéias, ela pode ter um significado bem mais efetivo. Sendo as teorias sistemas centuiais interligados, a derrubada ou modificação radical de um conceito pode ter um “efeito dominó” sobre os que se enfileiram a partir dele.

Quando se vira de perna para o ar a “pirâmide invertida” que definia o Jornalismo, mostrando que sua essência é ser uma forma social de conhecimento cristalizada na singularidade⁽¹⁾, e repete-se com isso o procedimento teórico de Marx — que inverteu a dialética hegeliana “para colocá-la sobre seus próprios pés” — não se pode esperar que nossas outras concepções relacionadas a estas — como as da teoria, da prática, do ensino e do aprendizado do Jornalismo — sigam incólumes, sem serem atingidas.

O esforço no sentido de recolocar a dialética “sobre seus próprios pés” levou Marx a se apoiar sobre o conceito de práxis. Ele procurou extrair todas as conseqüências de sua convicção de que o ser humano se transformou no que é com base numa atividade prática vital, material, que é o trabalho, enfatiza Leandro Konder.

Seguindo a trilha desta concepção da prática humana desenvolvida por Marx, concluiremos porque a derrubada das pirâmides que tem sustentado a forma dominante de ensino de Jornalismo em nosso meio será uma conseqüência, senão inevitável — posto que elas se mantêm de pé — pelo menos necessária.

A derrubada das pirâmides

A próxima pirâmide a ser atingida, depois da invertida, será aquela da concepção de ensino do CIESPAL, adotada sem maior crítica em todo o continente, que afirma o primado do planejamento sobre a prática, da pesquisa sobre este planejamento e da teoria sobre todo o resto, reduzindo a prática a uma atividade mecânica de execução de uma reflexão que se dá em outro lugar⁽²⁾.

Apenas um objetivo político manipulatório pode justificar tal proposição, que reduz a prática humana ao mesmo nível da atividade inconsciente das máquinas e dos animais. A prática humana, no entanto, se diferencia das anteriores por ser prática consciente. E como a consciência humana não existe desligada das intenções humanas, a prática humana tem um elemento único que a diferencia de todas as demais atividades inconscientes: não é determinada apenas pelo passado (o poder dos mortos) que deu forma ao presente que a limita, mas é, por mais assombroso que possa parecer, determinada igualmente pelo futuro.

Esta transcendência da prática tem sido negada de diversas maneiras que, embora contraditórias entre si, conduzem todas ao fatalismo do poder da morte pela negação do homem como sujeito. A primeira dessas maneiras é o teorismo, uma forma idealista de ver a relação indissolúvel da atividade humana com a consciência em que apenas um pólo é considerado. A mesma distorção, porém centrada no pólo inverso — o da atividade — é feita pelo pragmatismo, redundando no mesmo resultado fatalista.

Uma terceira via da mesma negação tem sido a perda de significado da palavra *práxis*. Ela, que originalmente pretendeu justamente negar a negação, se esvaziou de seu conteúdo, ao ser desligada da problemática que a originou, transformando-se numa espécie de meio-termo entre teoria e prática.

O homem como sujeito

No ensino do Jornalismo, essas três maneiras de negar a transcendência da prática humana — e, desta maneira, de negar o homem como sujeito — têm sido constantes no positivismo dos teóricos e dos práticos e também na busca de uma conciliação entre eles, que adota o nome de *práxis* na justificativa do currículo em vigor.

A união de uma teoria deformada pela ausência da prática com uma prática deformada pelo fatalismo teórico não pode reconstituir a verdadeira prática humana, daí as justas críticas e reclamações dos estudantes a este tipo de ensino.

Os especialistas em teorias e os especialistas em práticas que pretendem chegar ao nível mais elevado da *práxis* somando os esforços de seus especialismos pensam na *práxis* como união da reflexão dos primeiros com a ação dos últimos. No entanto, não se perguntam porque a *práxis* é ação mais reflexão e, ao não responderem a esta pergunta, passam ao largo da compreensão do que seja a essência desta ação-reflexão e do que lhe dá sentido.

O que define a prática humana não é a ação mais a reflexão, embora esses dois elementos estejam nela presentes. O que a define é a relação do homem com uma situação dada historicamente. Enquanto sujeito criador, o homem percebe, conhece e transforma a situação histórica dada e, neste processo, transforma a si mesmo.

A ação que nega o sujeito não é ação verdadeira, é no máximo ocupação; a reflexão que o nega é mistificação; e a *práxis* aleijada que se extrai da união de uma com a outra não pode se efetivar além do discurso, sob pena de expor sua fragilidade. E essa fragilidade é justamente a sua não realização, é o elo perdido entre teoria e prática.

O elo perdido entre teoria e prática no ensino de Jornalismo determina a crônica deficiência deste ensino, porque bloqueia a possibilidade do verdadeiro conhecimento do Jornalismo através deste ensino. Sem uma postura radical de destruição da pirâmide que suprime o sujeito da prática e a prática do sujeito, a pedagogia tradicional não supera a ineficiência porque não encontra o elo perdido.

Dissociando a prática dos sujeitos da prática, a pedagogia tradicional não percebe a especificidade do Jornalismo como forma social

de conhecimento — não percebe que o Jornalismo é uma atividade de conhecimento — e o reduz a ocupação técnica. Pelo mesmo caminho, mistifica a técnica da profissão e não a compreende: torna-se tecnologicamente incapaz. Em conseqüência, não pode relacionar adequadamente o Jornalismo à totalidade concreta, não pode conhecê-lo e, estando bloqueado o seu aprendizado a respeito dele, não poderá também ensiná-lo de maneira eficiente.

O conhecimento depende da prática, uma vez que é nela que se encontra o seu fundamento, critério de verdade e finalidade última. Da mesma forma, a prática depende do sujeito e da matéria, do homem e da situação, do conhecimento que ele tem desta.

Sendo intencionado em relação à prática, o conhecimento não é contemplação, não se o constrói de fora dela, espiando do alto da pirâmide. Pelo contrário, precisa partir da prática para retornar a ela — que já não será a mesma — num movimento em espiral, sob pena de perder os fundamentos, os critérios de verdade e o próprio sentido, perdendo-se a si próprio em pura abstração.

A teoria que se perde na abstração entra em confronto com a realidade. Ou é rechaçada por ela — o que ocorre muitas vezes em nossos cursos — ou procura violentá-la, violentando no nosso caso o Jornalismo, como tem feito a pedagogia tradicional nos cursos de comunicação.

A contradição no Jornalismo

Uma pedagogia — teoria do conhecimento posta em prática — que pretenda não apenas sobreviver à realidade, mas também intervir para a sua transformação, precisa entender essa realidade e como o conhecimento se relaciona com ela. Ao invés de dissolver as contradições que se encontram na realidade — o que a afastaria dela, uma vez que as contradições permanecem mesmo quando dissolvidas no nível de teoria — essa pedagogia as enfrenta.

A contradição principal do Jornalismo, tal como é praticado em situações como a brasileira, é ser, por um lado, produção social de conhecimento — portanto, atividade intrinsecamente criadora — e, por outro, mercadoria produzida industrialmente para gerar lucros aos monopólios que controlam esta produção — portanto, atividade submetida.

Por não poderem produzir eles próprios o produto que vendem, os monopólios se vêem obrigados a contratar produtores de conhecimento — jornalistas — que precisam ter determinado senso crítico para exercer com competência suas funções. Mas, ao mesmo tempo, esperam os monopólios que este senso crítico não se volte contra eles próprios e suas formas de dominação.

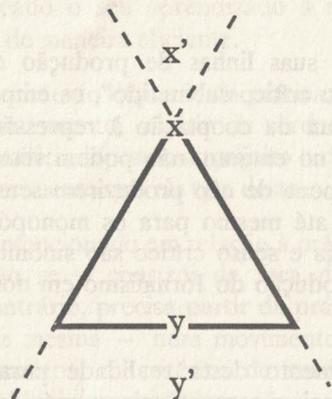
Para manter suas linhas de produção equilibradas sobre a fragilidade deste “senso crítico submetido”, os empresários contam com instrumentos que variam da cooptação à repressão e perseguição. As escolas de Jornalismo, no entanto, não podem vestir em si os freios da lógica da fábrica, sob pena de não produzirem senso crítico algum e se tornarem imprestáveis até mesmo para os monopólios. Em matéria de Jornalismo, competência e senso crítico são sinônimos, mesmo que nas atuais condições de produção do Jornalismo em nossa sociedade isso se torne um paradoxo.

No enfrentamento desta realidade paradoxal, o ensino do Jornalismo só pode atingir a competência através de uma pedagogia que coloque em prática teoria do conhecimento com suficiente amplitude para abarcar as contradições vividas. E, desta forma, que se proponha a formar profissionais efetivamente críticos e competentes, criativos e capazes de transformar a realidade.

Apenas uma teoria dialética do conhecimento tem tal abrangência, e justamente por esta amplitude é que pôde definir o jornalismo como forma de produção de conhecimento e não como zona de sombra à margem de seu sistema lógico. Ao reportar o mundo, o jornalista cria e recria conhecimento. A partir desta constatação, mais do que um curso de comunicação, a formação do jornalista requer um curso de *criação e comunicação de conhecimento*. Como se pode chegar lá é o que vamos discutir no próximo capítulo.

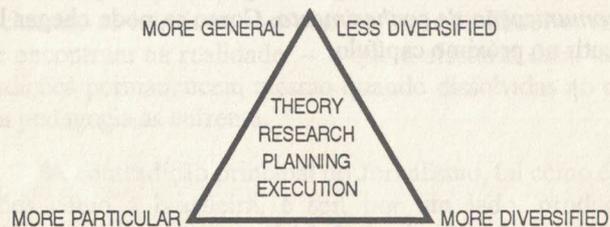
NOTAS:

(1) Adelmo Genro Filho propôs uma nova pirâmide para pôr o Jornalismo “sobre seus próprios pés”, depois de defini-lo como forma social de conhecimento cristalizada no singular, seguindo a trilha aberta por Hegel e desenvolvida por Luckács. A pirâmide de Adelmo, contraposta à clássica pirâmide invertida, teria a seguinte forma:



- x - O núcleo singular da notícia
- y - A base de contextualização particular
- x' - Os pressupostos ontológicos e ideológicos que orientam a produção da notícia
- y' - A projeção ideológica e ontológica que emana ou é superior pela notícia

(2) A pirâmide apresentada por Raymond Nixon foi originalmente desenvolvida pelo mexicano Josep Rota, e deixa clara essa divisão do trabalho entre os que pensam e os que agem, aconselhando os últimos a se curvarem diante dos primeiros:



CAPÍTULO 9

Uma Pedagogia do Conteúdo

Desde Galileu se sabe que o homem é o sujeito de seu aprendizado, mas somente a pedagogia mais contemporânea levou este conhecimento às últimas conseqüências e foi capaz de transformá-lo em método. A pedagogia dialética de Paulo Freire, partindo do homem como ser criador do próprio conhecimento, estrutura seu método a partir do diálogo e da pergunta, elementos inseparáveis da consciência.

Para a pedagogia dialética, o diálogo não é técnica de ensino nem tática de sedução a ser utilizada em dinâmica de grupos. É, isto sim, resultado da compreensão da intersubjetividade intrínseca à natureza histórica dos seres humanos. O diálogo faz parte do ato de conhecer porque o conhecimento não se explica em sua dimensão individual. Constatando que o próprio pensamento é moldado socialmente, e que todo enunciado diz respeito a um diálogo social, esta pedagogia adota o diálogo como método.

Do mesmo modo, a pedagogia dialética entende a pergunta — a problematização — não como o jogo intelectualista dos “estudos programados”, mas como elemento inseparável do ato de conhecer. Por não haver conhecimento sem pergunta, busca na problematização do real o seu método de conhecimento.

A partir do diálogo problematizante, por um lado, e do compromisso com a prática, por outro, a pedagogia dialética desenvolveu o seu método, baseado numa certa compreensão do que seja o homem e sua consciência. Essa pedagogia não se diferencia da tradicional por aspectos quantitativos — como o que seria *medido* por sua maior eficácia — mas se distingue qualitativamente ao colocar o homem como sujeito não apenas de seu ato de conhecimento, mas deste como momento da transformação do mundo.